**Instruções para preenchimento do formulário:**

1. No campo Documento, deve ser especificado o instrumento licitatório para o qual está sendo sugerida modificação. Neste campo, deve-se digitar apenas pré-edital ou minuta do contrato;
2. No campo Natureza da sugestão, deve ser indicado se a sugestão proposta é de Inclusão, Alteração ou Exclusão;
3. No campo Item, deve ser discriminado o item do pré-edital, ou a cláusula da minuta do contrato, ou, ainda, o anexo para o qual está sendo sugerida modificação. Neste campo, deve-se digitar apenas o número do item ou o número da cláusula, sem detalhar o seu título. No caso de sugestão à anexo, deve-se incluir o número do anexo e o número do item objeto da sugestão, caso existente. Caso a sugestão seja de Inclusão, deve-se especificar o número que o item ou a cláusula teria caso a sugestão fosse acatada pela ANP;
4. No campo Proposta de alteração, deve ser redigida a redação proposta para o item, em sua versão final. Não se deve usar texto tachado, negrito, sublinhado ou destacado em cores. Caso a sugestão seja de Exclusão, deve-se deixar o campo em branco;
5. No campo Justificativa, deve ser descrita a justificativa para a sugestão proposta.

**Exemplo de preenchimento do formulário de comentários e sugestões:**

| **Documento** | **Natureza da sugestão** | **Item** | **Proposta de alteração** | **Justificativa** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo II – 3.2.1 | Texto proposto. | Justificativa. |
| Pré-edital | Exclusão | 1.4.3 |  | Justificativa |

**Instruções para envio do formulário:**

Após o preenchimento deste formulário, remeta-o à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) até às **18 horas do dia 18 de dezembro de 2017** peloe-mail [rodadas@anp.gov.br](mailto:rodadas@anp.gov.br). A utilização deste formulário é obrigatória. Não serão aceitas sugestões e comentários fora do padrão deste formulário.

**FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES**

CONSULTA PÚBLICA Nº 25/2017

| **Documento** | **Natureza da sugestão** | **Item** | **Proposta de alteração** | **Justificativa** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Pré-edital | Alteração | Item 3 | Todos os documentos produzidos pela interessada deverão ser datados e assinados pelo representante credenciado, na última folha, com o nome legível do signatário. Todas as procurações, além de datadas e assinadas. | Em 17 de julho de 2017 entrou em vigor no Brasil o Decreto 9094 que dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, o qual ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País, de modo que sugerimos a exclusão do trecho "deverão ser obrigatoriamente notarizadas" ao final do item ora comentado. O artigo 9º do Decreto 9094/2017 é claro ao indicar que fica dispensado o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no País e destinados a fazer prova junto a órgãos e entidades do Poder Executivo federal, exceto se existir dúvida fundada quanto à autenticidade ou previsão legal. No mesmo sentido é a Lei 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Em seu artigo 5º, IX a Lei 13.460/2017 também indica que a autenticação de documentos deverá ser feita pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário, sendo vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade. Vale registrar que a previsão legal para exigência de reconhecimento de firma em procuração, constante do artigo 158 da Lei 6.015/1973, é aplicável tão somente à hipótese de registro do documento em junto ao Registro de Título e Documentos (RTD), não sendo este o caso. |
| Pré-edital | Alteração | 4.3.2 | A interessada deverá nomear representante credenciado perante a ANP por meio de procuração, nos termos do ANEXO VI, assinada por seus representantes legais com poderes para constituírem procuradores. | Em 17 de julho de 2017 entrou em vigor no Brasil o Decreto 9094 que dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, o qual ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País, de modo que sugerimos a exclusão do trecho "e devidamente notarizada" ao final do item ora comentado. O artigo 9º do Decreto 9094/2017 é claro ao indicar que fica dispensado o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no País e destinados a fazer prova junto a órgãos e entidades do Poder Executivo federal, exceto se existir dúvida fundada quanto à autenticidade ou previsão legal. No mesmo sentido é a Lei 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Em seu artigo 5º, IX a Lei 13.460/2017 também indica que a autenticação de documentos deverá ser feita pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário, sendo vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade. Vale registrar que a previsão legal para exigência de reconhecimento de firma em procuração, constante do artigo 158 da Lei 6.015/1973, é aplicável tão somente à hipótese de registro do documento em junto ao Registro de Título e Documentos (RTD), não sendo este o caso. |
| Pré-edital | Exclusão | Tabela 5 A; Nota: 2. |  | Em 17 de julho de 2017 entrou em vigor no Brasil o Decreto 9094 que dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, o qual ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País, razão pela qual sugerimos a exclusão da Nota 2 da Tabela 5 A do pré-edital. O artigo 9º do Decreto 9094/2017 é claro ao indicar que fica dispensado o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no País e destinados a fazer prova junto a órgãos e entidades do Poder Executivo federal, exceto se existir dúvida fundada quanto à autenticidade ou previsão legal. No mesmo sentido é a Lei 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Em seu artigo 5º, IX a Lei 13.460/2017 também indica que a autenticação de documentos deverá ser feita pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário, sendo vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade. Vale registrar que a previsão legal para exigência de reconhecimento de firma em procuração, constante do artigo 158 da Lei 6.015/1973, é aplicável tão somente à hipótese de registro do documento em junto ao Registro de Título e Documentos (RTD), não sendo este o caso. |
| Pré-edital | Exclusão | Tabela 5 B; Nota: 2. |  | Em 17 de julho de 2017 entrou em vigor no Brasil o Decreto 9094 que dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, o qual ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País, razão pela qual sugerimos a exclusão da Nota 2 da Tabela 5 B do pré-edital. O artigo 9º do Decreto 9094/2017 é claro ao indicar que fica dispensado o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no País e destinados a fazer prova junto a órgãos e entidades do Poder Executivo federal, exceto se existir dúvida fundada quanto à autenticidade ou previsão legal. No mesmo sentido é a Lei 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Em seu artigo 5º, IX a Lei 13.460/2017 também indica que a autenticação de documentos deverá ser feita pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário, sendo vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade. Vale registrar que a previsão legal para exigência de reconhecimento de firma em procuração, constante do artigo 158 da Lei 6.015/1973, é aplicável tão somente à hipótese de registro do documento em junto ao Registro de Título e Documentos (RTD), não sendo este o caso. |
| Pré-edital | Alteração | 6.4, l) | a limitação do item acima é estendida para licitantes integrantes de um mesmo grupo societário, e para licitantes que tenham administradores, diretores, sócios ou representantes credenciados comuns, exceto se demonstrado que não agem representando interesse societário em comum. Caso sejam identificadas licitantes que possam estar enquadradas nesta situação, a CEL decidirá se estas licitantes poderão fazer ofertas para os mesmos blocos, levando em conta a promoção da competitividade do certame; | O uso de conceitos abrangentes e indefinidos, tais como "que utilizem recursos materiais tecnológicos ou humanos em comum" deve ser evitado sob pena de colocar em risco a segurança jurídica dos licitantes. É sabido que na indústria do Petróleo a execução das atividades de exploração e produção é usualmente realizada através de consórcio de empresas que, no âmbito dos respectivos consórcios, detêm ativos (i.e. recursos materiais e/ou tecnológicos) em comum. Neste sentido, de acordo com a redação original do item em comento, as empresas consorciadas estariam, em tese, impedidas de apresentar propostas para um mesmo bloco. Apesar de essa interpretação parecer extrema ela é possível considerando-se a forma como o item em comento está redigido e, sendo uma interpretação possível, ela é capaz de gerar insegurança e potencialmente afetar a decisão de participação no certame por parte das empresas petrolíferas. |
| Pré-edital | Exclusão | 7.2, d.1); d.2); e d.3). |  | Em 17 de julho de 2017 entrou em vigor no Brasil o Decreto 9094 que dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, Por força do artigo 2º do mencionado Decreto "os órgãos do Poder Executivo federal [neste caso a própria ANP] que necessitarem de documentos comprobatórios da regularidade da situação de usuários dos serviços públicos, de atestados, de certidões ou e outros documentos comprobatórios que constem em base de dados oficial da administração pública federal deverão obtê-los diretamente do órgão ou da entidade responsável pela base de dados, nos termos do Decreto n° 8.789/2016". |
| Pré-edital | Exclusão | Tabela 16 A; Nota: 2 |  | Em 17 de julho de 2017 entrou em vigor no Brasil o Decreto 9094 que dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, o qual ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País, razão pela qual sugerimos a exclusão da Nota 2 da Tabela 16 A do pré-edital. O artigo 9º do Decreto 9094/2017 é claro ao indicar que fica dispensado o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no País e destinados a fazer prova junto a órgãos e entidades do Poder Executivo federal, exceto se existir dúvida fundada quanto à autenticidade ou previsão legal. No mesmo sentido é a Lei 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Em seu artigo 5º, IX a Lei 13.460/2017 também indica que a autenticação de documentos deverá ser feita pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário, sendo vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade. Vale registrar que a previsão legal para exigência de reconhecimento de firma em procuração, constante do artigo 158 da Lei 6.015/1973, é aplicável tão somente à hipótese de registro do documento em junto ao Registro de Título e Documentos (RTD), não sendo este o caso. |
| Pré-edital | Exclusão | Tabela 16 B; Nota: 2. |  | Em 17 de julho de 2017 entrou em vigor no Brasil o Decreto 9094 que dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, o qual ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País, razão pela qual sugerimos a exclusão da Nota 2 da Tabela 16 B do pré-edital. O artigo 9º do Decreto 9094/2017 é claro ao indicar que fica dispensado o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no País e destinados a fazer prova junto a órgãos e entidades do Poder Executivo federal, exceto se existir dúvida fundada quanto à autenticidade ou previsão legal. No mesmo sentido é a Lei 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Em seu artigo 5º, IX a Lei 13.460/2017 também indica que a autenticação de documentos deverá ser feita pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário, sendo vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade. Vale registrar que a previsão legal para exigência de reconhecimento de firma em procuração, constante do artigo 158 da Lei 6.015/1973, é aplicável tão somente à hipótese de registro do documento em junto ao Registro de Título e Documentos (RTD), não sendo este o caso. |
| Pré-edital | Exclusão | Tabela 17; Nota: 2. |  | Em 17 de julho de 2017 entrou em vigor no Brasil o Decreto 9094 que dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, o qual ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País, razão pela qual sugerimos a exclusão da Nota 2 da Tabela 17 do pré-edital. O artigo 9º do Decreto 9094/2017 é claro ao indicar que fica dispensado o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no País e destinados a fazer prova junto a órgãos e entidades do Poder Executivo federal, exceto se existir dúvida fundada quanto à autenticidade ou previsão legal. No mesmo sentido é a Lei 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Em seu artigo 5º, IX a Lei 13.460/2017 também indica que a autenticação de documentos deverá ser feita pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário, sendo vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade. Vale registrar que a previsão legal para exigência de reconhecimento de firma em procuração, constante do artigo 158 da Lei 6.015/1973, é aplicável tão somente à hipótese de registro do documento em junto ao Registro de Título e Documentos (RTD), não sendo este o caso. |
| Pré-edital | Alteração | Anexo V, Instruções de Preenchimento, item d). | Preencher, ao final, os campos relativos a local, data e nome dos representantes credenciados e assinar esta declaração. | Em 17 de julho de 2017 entrou em vigor no Brasil o Decreto 9094 que dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, o qual ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País, de modo que sugerimos a exclusão do trecho "e notarizar" ao final do item ora comentado. O artigo 9º do Decreto 9094/2017 é claro ao indicar que fica dispensado o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no País e destinados a fazer prova junto a órgãos e entidades do Poder Executivo federal, exceto se existir dúvida fundada quanto à autenticidade ou previsão legal. No mesmo sentido é a Lei 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Em seu artigo 5º, IX a Lei 13.460/2017 também indica que a autenticação de documentos deverá ser feita pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário, sendo vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade. Vale registrar que a previsão legal para exigência de reconhecimento de firma em procuração, constante do artigo 158 da Lei 6.015/1973, é aplicável tão somente à hipótese de registro do documento em junto ao Registro de Título e Documentos (RTD), não sendo este o caso. |
| Pré-edital | Alteração | 7.4 b) | b) Parecer de auditor independente, se aplicável; | Na legislação brasileira a obrigatoriedade do parecer de auditor independente é prevista na Lei nº. 6404/1976 e na Lei nº 11.638/2007 aplicando-se apenas para sociedades anônimas e sociedades limitadas de grande porte. Da mesma forma, a legislação societária aplicável às licitantes estrangeiras pode conter exigências específicas a respeito da auditoria independente. Desta forma, a exigência editalícia só deve ser aplicável quando a legislação societária aplicável à licitante exigir o parecer de auditor independente. |
| Pré-edital | Alteração | 7.4 | As Demonstrações Financeiras deverão ser apresentadas na forma da Lei nº 6.404/1976, vedada sua substituição por balancetes provisórios, sem prejuízo da obrigatoriedade de apresentação do parecer de auditor independente, quando este for exigido pela legislação aplicável à licitante. | Na legislação brasileira a obrigatoriedade do parecer de auditor independente é prevista na Lei nº. 6404/1976 e na Lei nº 11.638/2007 aplicando-se apenas para sociedades anônimas e sociedades limitadas de grande porte. Da mesma forma, a legislação societária aplicável às licitantes estrangeiras pode conter exigências específicas a respeito da auditoria independente. Desta forma, a exigência editalícia só deve ser aplicável quando a legislação societária aplicável à licitante exigir o parecer de auditor independente. |
| Pré-edital | Alteração | 7.4 | A licitante constituída no mesmo exercício social desta licitação deverá apresentar as Demonstrações Financeiras Intermediárias, vedada a sua substituição por balancetes provisórios, e, acompanhadas de parecer de auditor independente, quando este for exigido pela legislação aplicável à licitante. Neste caso, para fins de comprovação do patrimônio líquido, a licitante deverá apresentar uma cópia do seu último estatuto social arquivado no órgão de registro de comércio de sua jurisdição. | Na legislação brasileira a obrigatoriedade do parecer de auditor independente é prevista na Lei nº. 6404/1976 e na Lei nº 11.638/2007 aplicando-se apenas para sociedades anônimas e sociedades limitadas de grande porte. Da mesma forma, a legislação societária aplicável às licitantes estrangeiras pode conter exigências específicas a respeito da auditoria independente. Desta forma, a exigência editalícia só deve ser aplicável quando a legislação societária aplicável à licitante exigir o parecer de auditor independente. |
| Pré-edital | Alteração | Tabela 16 A, item 7.4 b), coluna obrigatoriedade | Se aplicável | Na legislação brasileira a obrigatoriedade do parecer de auditor independente é prevista na Lei nº. 6404/1976 e na Lei nº 11.638/2007 aplicando-se apenas para sociedades anônimas e sociedades limitadas de grande porte. Da mesma forma, a legislação societária aplicável às licitantes estrangeiras pode conter exigências específicas a respeito da auditoria independente. Desta forma, a exigência editalícia só deve ser aplicável quando a legislação societária aplicável à licitante exigir o parecer de auditor independente. |
| Minuta do contrato | Alteração | 34.5 (j) | As despesas com custas da instituição arbitral e honorários de árbitros serão adiantados exclusivamente pela Parte que requerer a instalação da arbitragem. A sentença final condenará a(s) parte(s) perdedora(s) a arcar com essas custas e honorários, bem como às demais custas e despesas do processo arbitral que a(s) parte(s) vencedora(s) tiver desembolsado (salvo honorários advocatícios), proporcional e equitativamente ao resultado da arbitragem, incluindo, se for o caso, condenação da(s) parte(s) perdedora(s) a ressarcir a(s) parte(s) vencedora(s). | Consideramos mais clara a referência aos termos "proporcionalidade" e "equidade" para fins de definição do valor a ser ressarcido, em linha com as melhores práticas em arbitragem. Além disso, as despesas e custas próprias incorridas pela parte vendedora também deverão ser objeto de ressarcimento. |
| Minuta do contrato | Alteração | 34.5 (k) | Havendo necessidade de prova pericial, o perito independente poderá designado de comum acordo entre as Partes ou, na falta de acordo, pelo Tribunal Arbitral. Os custos de tal perícia, incluindo honorários periciais, serão adiantados pela Parte que a requerer ou em partes iguais por cada lado da arbitragem, se proposta pelo Tribunal Arbitral. Tais custos serão suportados, ao final, pela Parte vencida, nos termos da alínea anterior. As Partes poderão indicar assistentes periciais de sua confiança por sua conta, mas tais custos não serão objeto de ressarcimento; | Uma das grandes vantagens da arbitragem é a flexibilidade. Dessa forma, não seria benéfico fixar desde logo, para todos os procedimentos arbitrais, que a prova pericial seja feita por perito indicado pelo tribunal arbitral, até porque a melhor prática demonstra que em certas circunstâncias há outros meios mais eficientes de se produzir essa prova. Em vista do princípio da igualdade das partes, se a prova pericial for requerida de ofício pelos árbitros, cumpre que ambas as partes arquem com seus custos. |
| Minuta do contrato | Alteração | 34.5 (l) | O Tribunal Arbitral condenará a Parte total ou parcialmente vencida ao pagamento de honorários advocatícios, nos termos dos artigos 85 e 86 do Código de Processo Civil brasileiro, ou norma que os suceda. | Deve ficar claro que a sucumbência só cobre honorários advocatícias. As demais despesas incorridas pela parte deverão ser ressarcidas na forma da cláusula 34.5 (j); |
| Minuta do contrato | Alteração | 34.5 (l) | O procedimento arbitral deverá observar o princípio da publicidade. A divulgação das informações ficará a cargo da instituição arbitral que administrar o procedimento e será feita preferencialmente por via eletrônica. As partes deverão fixar os parâmetros da divulgação no Termo de Arbitragem e os árbitros poderão suprir eventuais lacunas. | O princípio da publicidade está sujeito a diversas exceções, tais como segredos de indústria, direito de intimidade e documentos ultrasecretos, secretos e confidenciais, de acordo com a Lei de Acesso a Informação. Nesse contexto, melhor seria delegar à partes ou, em caso de divergência ou lacuna, aos árbitros definir caso a caso como o princípio da publicidade será efetivado. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 34.6.1 | Retirar todo o parágrafo.  Subsidiariamente, propomos a seguinte redação:  "Consideram-se controvérsias sobre direitos patrimoniais disponíveis, para fins meramente exemplificativos e sem prejuízo de outros não elencados abaixo:   1. incidência de penalidades contratuais e seu cálculo, e controvérsias decorrentes da execução de garantias; 2. o cálculo de indenizações decorrentes de extinção ou de transferência do Contrato; 3. o inadimplemento de obrigações contratuais por qualquer das partes; 4. demandas relacionadas a direito ou obrigação contratual; 5. aplicação de dispositivo legal ou regulamentar à cláusulas, termos e condições contratuais." | O conceito de direito patrimonial disponível decorre da Lei nº 9.307/1996 e das legislações específicas. Não cabe ao Contrato de Concessão tentar defini-lo, o que iria gerar insegurança jurídica.  Na pior das hipóteses, deve ficar claro que se trata de rol meramente exemplificativo. |